

Gêneros jornalísticos: repensando a questão

Jorge Lellis Bomfim Medina *

Resumo

Os gêneros jornalísticos são determinados pelo modo de produção dos meios de comunicação de massa e por manifestações culturais de cada sociedade onde as empresas jornalísticas estão inseridas. Precisam, portanto, ser estudados como um fenômeno histórico. Realizar uma classificação universal dos mesmos é praticamente uma tarefa impossível, visto que estão sempre em transformação. O que pode ser um gênero hoje amanhã não o será mais ou o que pode ser um gênero em um determinado país não o é em uma outra sociedade. Gêneros aparecem, crescem, mudam e desaparecem conforme o desenvolvimento tecnológico e cultural de cada nação e de cada empresa jornalística. Neste trabalho, propomos uma revisão de literatura sobre o conceito de gênero, de discurso e de gêneros discursivos, de Platão a Mikhail Bakhtin, passando por Derrida e José Marques de Melo.

Palavras-chave: gêneros jornalísticos, mídia impressa, jornalismo.

Abstract

Journalistic genres are determined by the production mode of mass media and by the cultural manifestations of every society where the journalistic enterprises are inserted, which imposes their study as a historical phenomenon. To accomplish a universal classification of these genres is practically impossible since they are not finished cultural signs: they are in permanent change, in constant transformation. What is considered to be a genre today might not be so tomorrow, or else, what is considered a genre in a certain country, is not so in another society. Genres

* *Jornalista profissional da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e mestrando do Programa de Comunicação e Semiótica da PUCSP.*

appear, grow, change and disappear according to the technological and cultural development of each nation and each journalistic enterprise. In this article, we carry out a literature review on the concepts of genre, discourse and discursive genres from Plato to Mikhail Bakhtin, as well as Derrida and José Marques de Melo.

Key words: journalistic genres, printed media, journalism

A questão dos gêneros

Classificar gêneros já era uma atividade na Grécia antiga, onde Platão propôs uma classificação binária, entre gênero sério, que incluía a epopéia e a tragédia, e gênero burlesco, do qual faziam parte a comédia e a sátira. Posteriormente, o próprio Platão realizou uma nova classificação, agora em três modalidades, baseada na variação das relações entre literatura e realidade, à luz do conceito de *mimesis*, ou seja, da imitação: gênero mimético ou dramático (tragédia e comédia); gênero expositivo ou narrativo (ditirambo, noma, poesia lírica); e gênero misto, constituído pela associação das duas classificações anteriores (epopéia). Com isso, Platão lançou o fundamento da tripartida dos gêneros literários.

Gênero vêm da raiz da palavra *gen*, da qual provém o verbo latino *gigno*. Este conexas a forma, igualmente latina, *genus* quer com a idéia de sexo (de onde o *gênero* gramatical), quer com a de estirpe ou de linhagem, como princípio de classificação: temos assim, entre os usos literários das palavras, *genus scribendi* 'estilo', e os *genera* literários, agrupamentos comparáveis aos da ciência, onde subsiste também uma diferença de generalização (*genus*, por oposição a *species*).” (ENCICLOPÉDIA, 1989, p. 72). Para GREIMAS (1979, p. 202):

“O gênero designa uma classe de discursos, reconhecível graças a critérios de natureza socioletal. Estes podem provir quer de uma classificação implícita que repousa, nas sociedades de tradição oral, sobre a categorização particular do mundo, quer de uma “teoria dos gêneros” que, para muitas sociedades, se apresenta sob a forma de uma



taxionomia explícita, de caráter não científico. Dependente de um relativismo cultural evidente e fundada em postulados ideológicos implícitos, tal teoria nada tem de comum com a tipologia dos discursos que procura constituir-se a partir do reconhecimento de suas propriedades formais específicas. O estudo da teoria dos gêneros, característico de uma cultura (ou de uma área cultural) dada, não tem interesse senão na medida em que pode evidenciar a axiologia subjacente à classificação: ele pode ser comparado à descrição de outros etno ou sociotaxionomias”.

Platão, sem dúvida nenhuma, foi o primeiro cientista a estudar os gêneros, além de definir que todos os textos literários são uma narrativa de acontecimentos, sejam eles passados, presentes ou futuros. Desde a época antiga, uma questão que sempre esteve em debate até os dias de hoje é a mistura destes gêneros, que o próprio Platão, na sua classificação triádica, definiu como gêneros mistos, ou seja, a mistura das suas duas classificações anteriores: mimético ou dramático e expositivo ou narrativo.

Saltando para uma época mais recente sobre os estudos de gêneros, Jacques Derrida, um dos principais pensadores contemporâneos, no seu trabalho sobre a “*lei do gênero*”, brinca afirmando que os gêneros não podem ser misturados. Para ele, “os gêneros não devem ser misturados, como um voto de obediência, como um voto de compromisso e fidelidade, sendo assim fiel à lei do gênero, ou seja, à lei da pureza” (DERRIDA, 1980). Em seguida, ele desmente essa afirmação, ao falar que a lei do gênero, a lei da pureza, é impossível de ser praticada. Para ele, é impossível não misturar os gêneros. Pode-se falar, então, segundo Derrida, de uma *lei da lei do gênero*: a lei da impureza, que é precisamente o princípio da contaminação. Para ele, o grande enigma dos gêneros é trabalhar com os seus limites: até que ponto um gênero não pode ser contaminado por um outro gênero? é a questão que ele nos sugere.

Na literatura, o gênero drama, por exemplo, participa dos caracteres da tragédia e da comédia, da ode e da epopéia. Esse hibridismo não

só se revela no drama romântico mas também em outras formas literárias, como no romance. Um outro exemplo desse hibridismo é a tragicomédia, que foi uma das maiores manifestações da literatura barroca espanhola. Com isso, podemos concluir que não existe pureza dos gêneros, pois todo texto participa em um ou em vários gêneros. Sempre haverá um gênero ou vários gêneros em uma determinada obra.

Para o pensador russo BAKHTIN (1997):

“gênero é uma força aglutinadora e estabilizadora dentro de uma determinada linguagem, um certo modo de organizar idéias, meios e recursos expressivos, suficientemente estratificado numa cultura, de modo a garantir a comunicabilidade dos produtos e a continuidade dessa forma junto às comunidades futuras. Num certo sentido, é o gênero que orienta todo o uso da linguagem no âmbito de um determinado meio, pois é nele que se manifestam as tendências expressivas mais estáveis e mais organizadas da evolução de um meio, acumuladas ao longo de várias gerações de enunciadores.”

Os gêneros discursivos

Como o nosso estudo ficará centrado nos gêneros jornalísticos – os gêneros discursivos que aqui nos interessa –, iremos apresentar algumas definições sobre discurso. Os dicionários apresentam dois significados principais para o discurso: um é de exposição de um determinado assunto, escrito ou proferido em público; o outro é o ato de discorrer, ato de comunicação lingüística. Entendemos como comunicação lingüística o ato da palavra e o uso da língua. Ouçamos Bakhtin:

“As diversas esferas da atividade humana estão relacionadas com o uso da língua, e este uso, nas formas de enunciados, sejam eles orais ou escritos. Os enunciados refletem as condições específicas e o objeto de cada uma destas esferas, não só pelo seu conteúdo e pelo seu estilo verbal, ou seja, pela seleção dos recursos léxicos e gramaticais da língua, mas sim, antes de tudo, pela sua composição ou estruturação. O conteúdo temático, o estilo e a composição estão vinculados na totalidade do enunciado e se determina pela especificidade de uma esfera dada de comunicação. Cada enunciado se-

parado é individual, mas cada esfera do uso da língua elabora seus tipos estáveis de enunciado, que são gêneros discursivos. Assim, a língua participa da vida através dos enunciados concretos que os realizam, como a vida participa da linguagem através dos enunciados “ (BAKHTIN, 1997).

O discurso é um processo e produto da interação verbal e o enunciado, sua unidade real, pois, segundo Bakhtin, “a enunciação é o produto da interação de dois sujeitos socialmente organizados. O discurso se molda à forma do enunciado (unidade real de comunicação verbal), que pertence a um sujeito falante e não pode existir fora dessa forma”. Então, o discurso pode ser entendido como uma linguagem em funcionamento numa determinada situação ou um processo de produção de significação, sendo a língua o instrumento dessa produção.

Para se manifestar, o discurso usa o texto, que podemos definir como toda e qualquer manifestação da capacidade humana, realizada mediante um sistema de signos. Pode ser tanto um poema ou uma conversa, quanto uma pintura ou uma escultura. Bakhtin ressalta que é através do texto que a história do pensamento, orientada para o pensamento, o sentido e o significado do outro se manifestam e se apresentam. “Texto é modalidade composicional, produto comunicativo, unidade de informação vinculado à vida interativa. Gêneros são articulações discursivas que organizam e definem a textualidade. Os gêneros são inconcebíveis fora do texto; sem os gêneros, o texto se esfarela” (MACHADO, 1999). O texto é a manifestação do discurso por meio de um plano de expressão. Bakhtin nos informa ainda que, para haver a comunicação verbal, o sujeito tem à sua disposição uma imensa variedade de gêneros discursivos e ele elege uma das formas dos enunciados em função do objeto que está diretamente ligado à esfera discursiva, seja pelo tema, seja pela situação de comunicação ou ainda pela orientação do locutor consigo mesmo e com o outro. Em outras palavras, o sujeito aprende a falar utilizando os gêneros do enunciado.

Os gêneros discursivos são canais de transmissão entre a história e a sociedade e a história da

língua. “Nem um só fenômeno novo (fonético, léxico ou gramatical) pode ser incluído no sistema da língua sem passar por uma larga e complexa via de prova de elaboração genérica,” ensina Bakhtin. Para ele, o estudo da natureza do enunciado e dos gêneros discursivos tem uma importância fundamental para ultrapassar as noções simplificadas sobre a vida discursiva da chamada “corrente do discurso” e sobre a comunicação discursiva, que permitirá compreender, de maneira mais correta, a natureza das unidades da língua como sistema (as palavras e as orações).

Gêneros midiáticos

Definir gêneros nas mídias e, mais especificamente, no jornalismo impresso não é uma tarefa fácil. Vejamos a opinião do professor José Marques Melo sobre o assunto: “classificar gêneros jornalísticos é o maior desafio do jornalismo, como campo do conhecimento, é, sem dúvida, a configuração da sua identidade enquanto objeto científico e o alcance da autonomia jornalística que passa inevitavelmente pela sistematização dos processos sociais inerentes à captação, registro e difusão da informação da atualidade, ou seja, do seu discurso manifesto. Dos escritos, sons e imagens que representam e reproduzem a atualidade, tornando-se indiretamente perceptível” (MELO, 1985).

A questão dos gêneros jornalísticos assume um papel importante para a compreensão dos diferentes discursos produzidos pelos meios de comunicação de massa, pois a preocupação em defini-los tem sido uma inquietação constante entre os estudiosos norte-americanos, europeus e latino-americanos. No seu conhecido estudo sobre os gêneros jornalísticos, *A opinião no jornalismo brasileiro*, José Marques Melo faz uma compilação à concepção de vários estudiosos sobre o que seriam os gêneros jornalísticos. Para estudiosos como Juan GARGUREVICH (1982), por exemplo, os gêneros jornalísticos são formas que os jornalistas buscam para se expressar. Seus traços definidores estão, portanto, no estilo, no manejo da língua. Para ele, trata-se de formas jornalístico-literárias, porque o seu objetivo é o relato da informação e não



necessariamente o prazer estético. Já Emil DOVIFAT afirma que os gêneros jornalísticos são formas de expressão jornalísticas que se definem pelo estilo e assumem expressão própria pela obrigação de tornar a leitura interessante e motivadora. Entretanto FOLLIET acredita que são formas utilitárias, pois as diferenças entre os gêneros surgem justamente da correspondência dos textos que os jornalistas escrevem em relação às inclinações e aos gostos do público. Ou seja, a essência do estilo jornalístico estaria na tentativa de fazer o relato do cotidiano, utilizando uma linguagem capaz de estar sintonizada com o que Gonzalo Martin Vivaldi chama de ‘linguagem de vida’ e que pressupõe o uso de todos os recursos expressivos e vitais, próprios e adequados para expressar a variadíssima gama do acontecer diário.

GARGUREVICH (1982), no livro *Gêneros periodísticos*, traz-nos, outra vez, uma preciosa revisão de conceitos de alguns pesquisadores do jornalismo sobre gêneros jornalísticos, como, por exemplo, Maria Júlia Sierra, que faz uma distinção entre jornalismo noticioso e jornalismo literário. No primeiro grupo, são classificadas as crônicas, as colunas, as entrevistas, as reportagem, o editorial, o artigo e a notícia. No segundo grupo, estão os ensaios, as biografias, os contos e as histórias verdadeiras ou conto da vida real. Já o estudioso John Hohenberg classifica os gêneros da seguinte maneira: notícia básica (a que concede a virtude da objetividade), notícia de interesse humano, entrevista, biografia popular, notícia interpretativa (subjetividade), reportagem especializada, colunas, reportagem investigativa e reportagem de campanha). Johnson Harris, por sua vez, divide os gêneros em notícias correntes, crônicas especiais, nota de interesse humano, notícias sociais (englobando pessoas, notas breves, entretenimento e coluna social), ilustrações (fotografia, caricaturas, mapas e diagramas) e editoriais.

Depois de resgatar o trabalho de vários pesquisadores, Gargurevich encerra o seu próprio trabalho, propondo a seguinte descrição: nota informativa, entrevista, crônica, reportagem, gráficos (fotos, caricaturas, mapas, tiras cômicas), os

quais ele considera como sendo os mais importantes. Em seguida, vêm as colunas, os artigos, os testemunhos, as resenhas, a crítica, a polêmica ou debate, as campanhas, a titulação e os folhetins. O autor observa que não é uma classificação fechada e que vários textos combinam vários gêneros dependendo do talento do redator.

A revisão de todos esses trabalhos nos permite aqui propor que, no jornalismo, o gênero de base é a *notícia* (o relato puro dos acontecimentos). Os pesquisadores ARMAÑANZAS e NOCI apud MELO (1998) afirmam que os gêneros jornalísticos ficaram mais evidentes a partir do século XIX, quando a notícia, com informações sobre os principais acontecimentos daquela época, consolidou-se como o gênero jornalístico por excelência. “A produção da notícia é um processo que se inicia com um acontecimento. É o sujeito observador que dá sentido ao acontecimento. Os acontecimentos estariam formados por aqueles elementos exteriores ao sujeito a partir dos quais ele mesmo vai recorrer e construir o acontecimento” (ALSINA, 1993, p. 81). Como escreve Rodrigues (1988), “o acontecimento constitui o referente de que se fala. Lemos a notícia acreditando que elas são um índice do real; lemos as notícias acreditando que os profissionais do campo jornalístico não irão transgredir a fronteira que separa o real da ficção. E é a existência de um “acordo de cavalheiros” entre jornalistas e leitores pelo respeito dessa fronteira que torna possível a leitura das notícias enquanto índice do real”.

LAGE apud HENN, (1994, p. 27), em seu livro *Ideologia e técnica da notícia*, agrupou algumas definições de notícia, entre as quais destacamos: notícia é uma copilação de fatos e eventos de interesse ou importância para os leitores do jornal que publica; é tudo que o público necessita saber, tudo aquilo que o público deseja falar, quanto mais comentários suscite, maior é o valor. É a inteligência exata e oportuna dos acontecimentos que interessa aos leitores; fatos essenciais de tudo que aconteceu ou idéia que tem interesse humano; informação atual, verdadeira, carregada de interesse humano e capaz de despertar a atenção e a curiosi-

dade de grande número de pessoas.

Voltemos, neste ponto, aos gêneros para concluir com Marques Melo que:

“Se os gêneros são determinados pelo estilo e se este depende de uma relação dialógica que o jornalista deve manter com o seu público, apreendendo seus modos de expressão (linguagem) e suas expectativas (temáticas), é evidente que a sua classificação restringe-se a universos culturais delimitados. Por mais que as empresas jornalísticas assumam hoje uma dimensão transnacional em sua estrutura operativa, permanecem contudo as especificidades nacionais ou regionais que ordenam o processo de recodificação das mensagens importadas. Tais especificidades não excluem as articulações interculturais que muitas vezes subsistem através das línguas e são prolongamentos do colonialismo” (MELO, 1985).

Existem muitos gêneros nos meios de comunicação de massa. Esse número depende da complexidade e diversidade da sociedade. Para uma sociedade, uma coisa pode ser um gênero e, para outra, um subgênero ou ainda, para uma terceira, poderá ser supergênero. O mesmo texto pode pertencer a gêneros diferentes em países e tempos também diferentes “No cinema, por exemplo, alguns gêneros estão baseados em conteúdos de história (o filme de guerra), outro é obtido emprestado de literatura (comédia, melodrama) ou de outras mídia (o musical). Enquanto outros estão baseados em estado artístico (o filme de arte), identidade racial (cinema afro), localização (o ocidental) ou orientação sexual.” Concluímos que os gêneros são determinados pelo modo de produção jornalística e por manifestações culturais de cada sociedade. Determinar uma classificação universal é impossível, uma vez que estão sempre em mudança, o que se pode fazer é adaptá-la da melhor forma possível para cada comunidade. (STAM *apud* CHANDLER, 1997).

Os gêneros e as relações entre eles mudam com o passar do tempo. Gêneros novos e subgêneros emergem e outros desaparecem, enquanto outros permanecem duradouros. TODOROV nos informa que um gênero novo

sempre é a transformação de um ou vários gêneros velhos. Cada trabalho novo dentro de um gênero tem o potencial para influenciar mudanças dentro do gênero ou talvez o aparecimento de subgêneros novos, que podem florescer depois em gêneros crescidos. (CHANDLER, 1997)

TOMASHEVSKY *apud* CHANDLER (1997) afirma que nenhuma classificação lógica de gêneros é possível. A demarcação dela é sempre histórica, quer dizer, só vale para um momento específico da história. Alguns gêneros só são definidos retroativamente e não são reconhecidos como tal pelos produtores originais. Gêneros precisam ser estudados, sobretudo, como um fenômeno histórico. Gêneros atuais passam por fases ou ciclos de popularidade, como o ciclo de filmes de desastre nos anos setenta. Sem perder a história de vista, MELO (1985) faz uma revisão de literatura sobre as classificações dos gêneros jornalísticos em vários países europeus, além das classificações norte-americana, hispano-americana e brasileira. Em relação a classificação brasileira, o autor nos informa que o único pesquisador a se preocupar com o assunto foi Luiz Beltrão, que classificou os gêneros jornalísticos em três categorias (informativo, interpretativo e opinativo), com as funções de informar, explicar e orientar o público leitor. Para Melo, Luiz Beltrão não se ateu à natureza de cada um (estilo/estrutura, narrativa/técnica de codificação), mas obedeceu ao senso comum que rege a própria atividade profissional, estabelecendo limites e distinções entre as matérias.”

Convencido de que é impossível fazer uma classificação universal, já que os gêneros são determinados pelos modos de produção dos jornalistas e têm uma identificação com a questão cultural de cada nação, MELO propõe uma classificação dos gêneros jornalísticos brasileiros. Essa sua nova classificação obedece a dois critérios. Primeiramente, ele agrupa os gêneros em categorias que correspondem à intencionalidade determinante dos relatos, nas quais podem ser identificadas duas vertentes: 1) a *reprodução do real*, através da qual o jornalista comunica os fatos noticiosos (jornalismo informativo), o que significa descrevê-los jornalisticamente a partir de dois parâmetros – o atual e o novo, ou seja, a observação da realidade e a descrição do que é apreensível à instituição



jornalística; 2) *leitura do real* (jornalismo opinativo), que significa identificar o valor do atual e do novo na conjuntura que nutre e transforma os processos jornalísticos, ou seja, a análise da realidade e a sua avaliação dentro dos padrões jornalísticos, ou em outras palavras, a *versão* dos fatos construída por meio de argumentações, em favor de determinadas idéias e valores.

O segundo critério usado por MELO para descrever os gêneros jornalísticos busca identificá-los a partir da natureza estrutural dos relatos observáveis nos processos jornalísticos. Não se referindo apenas à estrutura do texto ou das imagens e sons que representam e reproduzem a realidade, e sim, à articulação que existe do ponto de vista processual entre os acontecimentos (real), sua expressão jornalística (relato) e a apreensão pela coletividade (leitura). Partindo dessas premissas, o autor propôs a sua classificação: gêneros informativos (nota, notícia, reportagem e entrevista) e gêneros opinativos (editorial, comentário, artigo, resenha/crítica, coluna, crônica, caricatura e carta).

Um problema, no entanto, que podemos identificar na classificação de MELO é a questão do real, o que ele considera “real”. O que é reproduzir e ler o real para os leitores. Será que o jornalista quando está perto do real, para apreendê-lo, não modifica de uma forma ou de outra esse real quando passa para os seus leitores? Podemos afirmar que existe objetividade jornalística? Não existe interferência do profissional de imprensa no retratamento desse real? Podemos concluir, sem dúvida nenhuma, que a relação com o real não permite uma reprodução fiel do mesmo, entretanto também a leitura do real não será a mesma. Acreditamos que ninguém consegue reter na mente todos os detalhes de um acontecimento. Podemos concluir que a objetividade jornalística é um mito, uma utopia na busca da tão sonhada “verdade” jornalística.

“O jornalista não é aquele sujeito exterior e distante, armado de uma independência, de uma neutralidade sem falha. Entre ele e o objeto da sua inter-

venção não há verdadeiro distanciamento. Nem espacial, nem temporal, nem cultural, nem sociológico. Até porque, como salienta Paul Riccoeur ‘narrar é já refletir sobre os acontecimentos narrados’. O jornalista transporta, em si, a *Lebenswelt* (mundo vivido ou vivência do mundo), conceito que Habermas retirou da fenomenologia de Husserl, pra designar aquele nível profundo de um grupo, de uma coletividade, onde se enraízam linguagens, normas e comportamentos comuns. Inscreve-se, pela sua própria praxis, na realidade que descreve e estabelece, com o jornal para qual escreve, uma relação mimética que o conduz a reproduzir o léxico e os valores desse mesmo jornal. Atua, assim, duplamente, como protagonista de um discurso dialógico e como parte de um coletivo profissional com regras e projetos próprios” (REBELO, 2000, p. 17-8).

O próprio verbete sobre objetividade do Manual de Redação do Jornal *Folha de São Paulo* não deixa dúvida sobre esse mito:

“Objetividade - não existe objetividade em jornalismo. Ao redigir um texto ou ao editá-lo, o jornalista toma uma série de decisões que são em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. Isto não o exime, porém, da obrigação de procurar ser o mais objetivo possível. Para retratar os fatos com fidelidade, reproduzindo a forma em que ocorrem bem como suas circunstâncias e repercussões, o jornalista deve procurar vê-los com distanciamento e frieza, o que não significa apatia nem desinteresse...” (MANUAL, 1987)

Gêneros jornalísticos

Para que servem os gêneros jornalísticos? Com certeza servem para orientar os leitores a lerem os jornais, permitindo-os identificar as formas e os conteúdos dos mesmos. Servem, também, como um diálogo entre o jornal e o leitor, pois é através das exigências dos leitores que as formas e os conteúdos dos jornais se modificam. Os gêneros servem ainda para identificar uma determinada intenção, seja de informar, de opinar, de interpretar ou de divertir. Podemos afirmar que os gêneros são determinados pelo estilo que o jornalista

ta emprega para expressar para o seu público os acontecimentos diários. A maioria dos jornais brasileiros divide os gêneros jornalísticos em quatro grandes grupos: *informativo*, com a preocupação de relatar os fatos de uma forma mais objetiva possível; *interpretativo*, que, além de informar, procura interpretar os fatos; *opinativo*, expressa um ponto de vista a respeito de um fato; *entretenimento*, que são informações que visam à distração dos leitores.

Essa divisão serve para identificarmos como os fatos jornalísticos são processados, servindo como uma ferramenta inquestionável para que os leitores se orientem na procura das informações desejadas, pois, quando lemos um editorial, por exemplo, devemos ter consciência de que estamos recebendo um ponto de vista da empresa jornalística, o mesmo acontecendo com um artigo ou uma crônica. Entretanto os jornais, além de serem canais eficientes para transmissão de informação, servem também como prestadores de serviços, como suportes para publicidade e propaganda, entre outras utilidades; a fim de orientar os leitores para essa multiplicidade de utilidade que os órgãos de comunicação possuem, propor aqui um novo rearranjo para os gêneros jornalísticos.

Uma proposta de organização

A classificação dos gêneros decorre das necessidades e das exigências dos leitores e, ao mesmo tempo, da organização e do desenvolvimento das empresas jornalísticas (não esqueçamos que, até bem pouco tempo, o jornalismo era considerado um gênero literário). A nossa proposta de mapeamento dos gêneros resulta, sobretudo, de um “diálogo” direto com a classificação feita pelo professor Marques Melo. A primeira questão que deve ser analisada é a divisão de alguns autores na classificação dos gêneros, em informativos, opinativos e interpretativos. Como já foi dito, consideramos aqui a objetividade jornalística como um mito. Então, a divisão baseada na reprodução do real (informativo) e na leitura do real (opinativo), proposta

por Marques Melo, tem que ser deixada de lado. Um outro conceito que temos de abdicar é a questão do gênero que alguns autores definem como interpretativo, que teria a função de aprofundar as notícias. Se estamos interpretando, automaticamente estamos opinando, pois acreditamos que os textos são manipulatórios, possuem pontos de vistas. Segundo FIORIN (2000, p. 52), “a finalidade última de todo ato de comunicação não é informar, mas é de persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado. Por isso, o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite”. Feitos esses esclarecimentos, vamos, então, a nossa mencionada proposta de descrição.

Gêneros na comunicação jornalística

Jornalismo

- Gêneros informativos

Nota, notícia, reportagem, entrevista, título e chamada.

- Gêneros opinativos – (totalmente subjetivos, com opiniões de colaboradores e editores).

Editorial, comentário, artigo, resenha ou crítica, coluna, carta, crônica.

- Gêneros utilitários ou prestadores de serviços – roteiro, obituário, indicadores, campanhas, “ombudsman”, educacional (testes e apostilas).

- Gêneros ilustrativos ou visuais – engloba gráficos, tabelas, quadros demonstrativos, ilustrações, caricatura e fotografia.

Propaganda

- Comercial, institucional e legal.

Entretenimento

- Passatempos, jogos, história em quadrinhos, folhetins, palavras cruzadas, contos, poesia, charadas, horóscopo, dama, xadrez e novelas.



A inclusão dos títulos e das chamadas como subgênero dos gêneros informativos, e da fotografia como um componente dos gêneros visuais, que não constam nas classificações que serviram de subsídio para o nosso estudo, deveu-se, sobretudo, ao reconhecimento de sua grande importância no jornalismo. Os títulos, por exemplo, falam por si mesmos, despertando o interesse do público para as matérias jornalísticas. Como sabemos, a maioria dos leitores se limita somente à leitura de títulos, e são os títulos que vão motivar a lerem ou não as notícias contidas nos jornais. As chamadas que definimos como um resumo da notícia, colocada na primeira página ou na capa de um caderno, com esclarecimento sobre a seção ou página em que pode ser lida, têm o mesmo objetivo dos títulos, incentivando os leitores para a leitura das notícias. Os títulos de primeira página destacam as notícias que foram consideradas pela empresa jornalística como as mais importantes. Os títulos

“Representam manifestações constantes do trabalho plástico da linguagem no mundo moderno. O arranjo gráfico do jornal associa-se, aliás, à disposição fonética, sintática e semântica das formas linguísticas para constituírem em conjunto uma manifestação particularmente complexa, ao mesmo tempo estética e estratégica, assegurando uma multiplicidade de funções comunicacionais, nomeadamente poéticas, fáticas, referenciais, apelativas e metalinguísticas. Os títulos de imprensa recorrem, no entanto, tanto à plasticidade verbal como à plasticidade gráfica. É, aliás, através do grafismo que a retórica discursiva se abre a recursos semióticos extralinguísticos, com particular relevo para a imagética. Dos recursos da imagética, os títulos utilizam, sobretudo, o material fotográfico, a disposição gráfica da mancha da página, o cromatismo, a disposição dos grafemas, o design topográfico da paginação. É por isso uma prática semiótica que sintetiza de modo particularmente original todos estes domínios, conferindo ao seu estudo uma extrema complexidade... Os títulos de imprensa, graças ao próprio processo de figuração, constituem um verdadeiro texto dentro do texto. Fazem ao mesmo tempo ver e esconder o texto para que dirijem o olhar do leitor. São uma espécie de véu transparente, mostram o que escondem como escondem aquilo que dão a ver” (Rodrigues, 1997).

A fotografia, que o Jornal *Folha de São Paulo* já classifica como um gênero jornalístico, é um casamento perfeito da palavra e da imagem, onde a imagem, às vezes, fala mais do que a própria reportagem. É a fotografia um recorte da realidade oferecendo aos leitores a oportunidade de desenvolver sua capacidade de interpretar uma imagem visual que representa esse pedaço da realidade: “a fotografia tem a capacidade de reproduzir com tamanha fidelidade o mundo exterior, uma capacidade advinda de sua técnica, o que outorga a ela um caráter documental e a coloca como o mais exato e íntegro processo de registro da vida social” (Freunf, *apud* Pierre, 1999). Ou ainda:

“A fotografia fornece provas (...). Uma fotografia passa a ser uma prova incontroversa de que uma determinada coisa aconteceu (...) o que exigimos primariamente à fotografia: que registre, diagnostique, informe (...). As imagens fotográficas são, de fato, capazes de usurpar a realidade, porque, antes de mais nada, uma fotografia não é só uma imagem (no sentido em que a pintura é uma imagem), uma interpretação do real; é também uma marca, um rastro direto do real, como uma pegada ou uma máscara mortuária. Enquanto uma pintura, ainda que conforme aos padrões fotográficos da semelhança, nunca é mais do que a afirmação de uma interpretação, uma fotografia nunca é menos do que o registro de uma emanção (ondas de luz refletidas pelos objetos), um vestígio material daquilo que foi fotografado e que é inacessível a qualquer pintura”. (Sontag, *apud* Santaella, 1999: 122).

A transferência da caricatura, da qual a charge faz parte, do gênero opinativo para o gênero ilustrativo deve-se ao seguinte: a caricatura, como sendo uma representação gráfica, ocupava o lugar que ocupa hoje a fotografia (antes da invenção dessa linguagem), com desenhos mostrando a realidade abordada pelas matérias jornalísticas da época. A caricatura, normalmente, apresenta uma imagem em forma satírica ou humorística e não depende de texto para explicação, e a atualidade é a fonte de inspiração dos seus produtores. Entretanto, nem tudo que sai nas caricaturas tem o efeito de opinar, por isso não as consideramos um gênero opinativo: «muitas vezes ela perde essa função destruidora (crítica e sátira social e política),

para servir como instrumento de promoção de personagens desconhecidas do público, cujo objetivo é tornar rápida a sua popularização. É o caso de muitos artistas e políticos iniciantes que se tornam conhecidos através dos traços satíricos utilizados pelos caricaturistas” (SILVA, 1992, p. 9).

Outro ponto que temos que explicar é a inclusão do folhetim na categoria de subgênero do gênero do entretenimento. Os folhetins, apesar de não serem muito comuns nos dias de hoje, em nossa mídia, já foram muito utilizados. Os folhetins são capítulos, fragmentos de romance ou de novelas, que são publicados diariamente nos jornais, com o objetivo de manter o interesse do leitor pelo veículo de comunicação. Já a campanha incluímos como um formato dos gêneros prestadores de serviços, que é um conjunto de ações cujo objetivo é beneficiar a população no esclarecimento ou na prevenção de um determinado assunto. Por Exemplo, o *Jornal da Tarde*, de São Paulo, durante as investigações dos vereadores acusados de corrupção na Câmara Municipal, realizou uma campanha intitulada: “eu tenho vergonha dos vereadores corruptos de São Paulo”.

Incluímos também, como um subgênero dos gêneros prestadores de serviços, apostilas e testes que têm o objetivo de prestar um serviço à sociedade, uma vez que são os estudantes e prestadores de concursos os maiores interessados nesses materiais. Outro ponto também foi a exclusão dos gêneros interpretativos, acreditamos que a análise, o perfil, a enquete e a cronologia são componentes, ou melhor, são complementos de uma boa reportagem. As propagandas, nós não as dividimos como fazem alguns grupos de estudo. Em se tratando de propagandas, elas carregam, direta ou indiretamente, uma grande carga ideológica.

Conclusão: retomando os pressupostos

Como vimos, os gêneros jornalísticos são determinados pelo modo de produção dos meios de comunicação de massa e por manifestações cul-

turais de cada sociedade. Realizar uma classificação universal é praticamente uma tarefa impossível, uma vez que eles estão sempre em mudança, em transformação. O que pode ser um gênero hoje amanhã não será mais ou o que pode ser um gênero em um determinado país não é em uma outra sociedade. Gêneros aparecem, mudam e desaparecem, conforme o desenvolvimento tecnológico e cultural de cada nação e da empresa jornalística. O que é politicamente correto é adaptá-los da melhor forma para suprir as necessidades dos leitores e dos profissionais de imprensa.

O cientista Boris Tomashevsky (*apud* Chandler, 1997) afirmou que nenhuma classificação lógica de gêneros é possível. A demarcação deles é sempre histórica, quer dizer, só está correto para um momento específico da história e eles precisam ser estudados como um fenômeno histórico. A nossa classificação é mais uma forma de pensamento; acreditamos que contribua para mais uma etapa nos estudos dos gêneros no jornalismo impresso, uma vez que o professor Marques Melo afirmou que enfrentar essa questão representa o maior dilema dos que se dedicam a estudar o jornalismo nas universidades brasileiras. Também acreditamos que nenhum trabalho é definitivo e fechado sobre um determinado assunto, e as conclusões dependem da interpretação e do repertório de vida de cada pessoa e do seu engajamento na sociedade em que está inserida. Também não podemos esquecer que o conhecimento é um processo evolutivo, que está sempre em mutação.

Nas discussões sobre gêneros jornalísticos, o que mais importa é que eles sirvam de estilos de organização para os profissionais da mídia, com o dever de informar os seus leitores de uma forma mais neutra possível, visando à construção de uma sociedade justa e transparente, seja opinando, divertindo, orientando, criticando, esclarecendo ou de outra forma qualquer. O que importa é que o jornalismo cumpra com a sua função social, ou seja, deve estar a serviço da sociedade, e não de grupos econômicos, sociais ou religiosos.



Pequeno glossário

Análise – explora diversos aspectos de fatos relevantes e recentes, seus antecedentes e consequências. É sempre assinado.

Artigo – traz interpretações ou opiniões de pessoas que não precisam ser necessariamente jornalistas. É sempre assinado.

Avulsas – realizados pelas agências de publicidade e propaganda.

Calhau – propaganda da própria empresa jornalística para preencher um espaço vazio no jornal.

Caricatura – imagem de opinião em forma satírica ou humorística, por meio da qual a opinião se manifesta de forma explícita.

Carta ou **coluna do leitor** – é um recurso em que o leitor pode expressar seus pontos de vista e opiniões.

Chamadas – resumo da notícia colocado na primeira página ou na capa de um caderno, com esclarecimentos sobre a seção ou página em que pode ser lida.

Classificados – anúncios realizados pelo cidadão comum.

Coluna – espaço no jornal onde uma pessoa escreve regularmente.

Comentário – pequeno artigo interpretativo de um fato.

Crônica – tem como característica tratar de assuntos cotidianos de maneira mais literária. É sempre assinada.

Cronologia – trata-se de rememorar os eventos passados que dispensa o texto.

Editorial – texto que expressa a opinião oficial do jornal sobre os acontecimentos de maior repercussão no momento.

Encartes – são aquelas propagandas que cobrem toda a página dos jornais ou está em anexo, tendo mais destaques do que os demais anúncios.

Enquete – pesquisa de opinião onde são ouvidas várias pessoas sobre um determinado assunto.

Entrevista – permite ao leitor conhecer opiniões e idéias das pessoas envolvidas no ocorrido ou em um determinado assunto

Indicador – informações úteis sobre órgãos governamentais, empresas, instituições, países ou sobre determinado assunto especializado, como mercado econômico: ações, dólar, fundos.

Nota – relato de um acontecimento.

Notícia – puro registro dos fatos, mas sem entrevistados.

Obituário – informações sobre óbitos registrados pelos cartórios especializados, publicados em colunas específicas.

Ombudsman – profissional pago pela empresa para representar os interesses dos seus leitores.

Perfil – tipo de biografia sobre um dos personagens da reportagem.

Reportagem – relato ampliado de um acontecimento. O jornalista vai ao local para apurar os fatos.

Resenha ou **crítica** – apreciação de um trabalho intelectual ou de um desempenho artístico com o objetivo de orientar o público leitor.

Roteiro – informações de “shows”, espetáculos, televisão e cinema.

REFERÊNCIAS

- ALSINA, Rodrigo Miquel. **La construcción de la noticia**. 2. ed. Barcelona : Ediciones Paidós. 1993.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo : Fontes. 1997.
- _____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 9.ed. Tradução Michel Lahud; Yara F. Vieira. São Paulo : Hucitec. 1999.
- CHANDLER, Daniel. **Na introduction to genre theory: the problem of definition**. London. <http://www.aber.ac.uk/~dgc/intgenre.html>. 1997.
- DERRIDA, Jacques. The Law of Genre. **Critical Inquiry**. Autum. V. 7, n. 8.1, 1980.
- ENCICLOPÉDIA EINAUDI: literatura-texto. Porto : Casa das Moedas, [19 _ _], v. 17.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1995.
- FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo : Contexto. 2000.
- GARGUREVICH, Juan. **Gêneros periodísticos**. Quito : Equador Editorial, 1982.
- GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo: Cultrix. 1979.
- HENN, Ronaldo Cesar. **A Gênese da notícia: pauta como processo Semiótico**. Tese de mestrado em _____. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. 1994.
- MACHADO, Irene A. Texto & gêneros: fronteiras. In: DIETZSCH, Mary Julia Martins (org.). **Es- paços da linguagem na educação**. São Paulo: Humanita, 1999.
- MANUAL Geral da Redação**. 2. ed. São Paulo: Folha de São Paulo, 1987.
- MELO, José Marques (org.) et ali. **Gêneros e formatos na comunicação massiva periodística: um estudo do jornal**. Folha de São Paulo... São Paulo : Universidade Metodista. 1998. Trabalho apresentado no 21º Intercom, Recife, 1998. Não publicado.
- _____. **Gêneros Jornalísticos na Folha de São Paulo**. São Paulo : FDT, 1992.
- _____. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis : Vozes, 1985.
- PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. 3. ed. São Paulo : Perspectiva. 1999.
- PIERRE, Francisco Eduardo P. A hegemonia do modelo objetivo e a Formação do jornalista. **Revista Comunicação & Informação**. Goiânia: Universidade Federal de Góias. v. 2, n.1, jan./jun. 1999.
- REBELO, José. **O discurso do jornal: o como e o porquê**. Lisboa : Editorial notícias. 2000.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. **Revista de Comunicação e Linguagem**. Lisboa, n. 8. 1988.
- _____. **Estratégias da comunicação**. Lisboa : Presença. 1997.
- SANTAELLA, Lúcia; NÖTH, Winfried. **Imagem: cognição, semiótica, mídia**. 2.ed. São Paulo: Iluminuras, 1999.
- SILVA, Rafael Souza. Caricatura. In: MELO, José Marques de. **Gêneros Jornalísticos na Folha de São Paulo**. São Paulo : FDT. 1992.

